



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

ISSN ELETRÔNICO 2316-3828

Dossiê

“NÃO BASTA FORNECER O MESTRE”: O FUNCIONAMENTO DAS CAIXAS ESCOLARES EM BELO HORIZONTE (1911-1918)

Priscilla Nogueira Bahiense¹

RESUMO

Com a finalidade de aumentar o movimento nos grupos escolares e escolas isoladas mineiras, as caixas escolares se tornaram um dos dispositivos de legitimação dos grupos escolares no início do século XX. Diante disso, este trabalho tem como objetivo apresentar a organização das caixas escolares presentes nos grupos escolares de Belo Horizonte, entre os anos de 1911 e 1918. São utilizadas como fontes: a legislação pertinente, os relatórios das diretoras dos grupos escolares da capital, mensagens dos Presidentes do Estado, correspondências entre a Secretaria do Interior e os grupos escolares, os balancetes e pareceres das caixas escolares, o jornal “Minas Geraes” e mapas de matrícula. Estes documentos estão localizados no Arquivo Público Mineiro, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e CEDOC- FaE/UFMG. Responsável por promover uma reorganização das caixas escolares, o Regulamento Geral da Instrução Pública de 1911, ao determinar a criação dos estatutos das caixas escolares, permitiu que

as mesmas se organizassem de acordo com as necessidades mais prementes, levando em conta sua localização geográfica e público atendido. Para a compreensão das formas diversas de organização das caixas escolares, foram analisadas as proposições das mesmas de acordo com cada grupo e os recursos investidos na efetivação do aumento da frequência nesses estabelecimentos de ensino, tanto pelos alunos “pobres” como pelos alunos assíduos. Foi possível, portanto, compreender o funcionamento das caixas escolares e seu papel na viabilização da frequência escolar, o que contribuiu para o aumento da visibilidade dos grupos escolares em seu processo de legitimação.

PALAVRAS-CHAVE

Grupos Escolares. Assistência à Infância Pobre. Frequência Escolar. Caixa Escolar. Belo Horizonte.

ABSTRACT

Intending to increase the flow towards the scholar groups and isolated schools in Minas Gerais, the scholar funds became one of the scholar groups validation devices on the earlier twentieth century. That being said, this work aims to present the scholar funds organization present in the scholar groups of Belo Horizonte between 1911 and 1918. As sources, were taken the pertinent legislation, the reports from the directors of the scholar groups of the capital, messages from the State Presidents, mailing between the Secretary of Interior and the scholar groups, the balance sheet and opinions of the scholar funds, the newspaper “Minas Geraes” and the enrollment maps. These documents are located at the Mineiro Public Archive, Official Press of the State of Minas Gerais and CEDOC, FaE/UFGM. As the responsible regulation for providing a rearrangement of the scholar funds, the 1911 “Regulamento Geral da Instrução”, by establishing the

creation of the bylaws of the scholar funds, allowed the rearrangement of these funds according to more pressing needs, taking into account their geographic location and the target public. For the comprehension of the several organizational ways of the scholar funds, their proposals were analyzed according to each group and the resources invested in effecting the frequency increase in these educational establishments, either by the poor students or by the assiduous ones. Hence, it was possible to understand the operational way of the scholar funds and their role in making feasible the scholar frequency growth, which contributed to the increase in the scholar groups visibility in their validation process.

KEYWORDS

Scholar Groups. Frequency Escolar. Scholar Funds. Minas Gerais.

RESUMEN

Con el fin de aumentar el movimiento en la escuela y en los grupos escolares de Minas aislados, los fondos escolares se han convertido en uno de los dispositivos de la legitimación de los grupos escolares de principios del siglo XX. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo presentar a la organización de los fondos para las escuelas presentes en los grupos escolares de Belo Horizonte, entre los años 1911 y 1918, se utilizan como fuentes: Legislación pertinente, los informes de los directores de los grupos escolares de la capital, las mensajes de los Presidentes del Estado, la correspondencia entre el Secretario del Interior y los grupos escolares, los balances de comprobación y opiniones de los cuadros de la escuela, el periódico mapas “Minas Geraes” y de registro. Estos documentos se encuentran en el Archivo Público Mineiro, Prensa Oficial de Minas Gerais y CEDOC FAE / UFGM. Responsable por la reorganización del fondos para las escuelas, el Reglamento General de Instrucción Pública de 1911 para determinar la creación de los es-

tatutos de los fondos para las escuelas, permitió que se organizaron de acuerdo a las necesidades más urgentes, teniendo en cuenta su ubicación geográfica del público asistido. Para comprender las diversas formas de organización de los fondos para las escuelas, fueran analizadas las distintas proposiciones en los mismos en cada grupo de acuerdo con el invertido efectivamente para aumentar las frecuencias en las escuelas, tanto por los estudiantes “pobres” y los estudiantes asiduos fueron analizados. Fue posible entender el funcionamiento de los fondos para las escuelas y su papel en permitir lo aumento de la frecuencia escolar, lo que ayudó a aumentar la visibilidad de los grupos escolares en su proceso de legitimación.

PALAVRAS-CLAVE

Grupos Escolares. Frecuencia Escolar. Fondos Escolares. Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

A infância de hoje, que é a nossa esperança de amanhã, precisa que lhe facultemos todas as facilidades possíveis para sua educação intelectual, cultural e física. Toda atividade conducente à disseminação dessa prática, é elevada e digna de ser imitada (IMPrensa OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 30/10/1913).

De acordo com o trecho acima, a infância, no princípio da década de 1910, no Estado de Minas Gerais, era tida como: o lugar próprio para o investimento no futuro da nação, que ainda buscava se adequar ao novo ordenamento político e social impostos pelo regime republicano. A infância, sobretudo a infância pobre, deveria receber investimentos do governo que, por sua vez, buscava normalizar, moralizar, educar e higienizar a sociedade. Com isso, de acordo com Sônia Câmara, buscava-se colocar a infância pobre como:

plataforma privilegiada de retórica e de ação, galvanizando propostas direcionadas a categorizá-la ao mesmo tempo em que se regulamentavam e fiscalizavam seus fazeres e suas formas de vida cotidiana vistas como anti-higiénica, “desregrada” e “condenável” (CÂMARA, 2011, p. 26).

Várias foram as iniciativas estatais que deram maior atenção à infância pobre. Estas faziam uso de caridade, filantropia e assistência. Dessa forma, os institutos, associações e ligas profiláticas, que buscavam promover meios de proteger e tratar essas crianças se avolumaram entre os anos de 1910 e 1920 (Idem).

Com a finalidade de fomentar e impulsionar a frequência nos grupos escolares e escolas isoladas mineiras, as caixas escolares se tornaram um dos dispositivos² de legitimação dos grupos escolares no início do século XX. A participação das caixas escolares no

2. O entendimento de dispositivo, no qual localizo as caixas, se deu por meio da leitura de Foucault (1981), através da qual, localizo as caixas escolares como difusoras de um discurso pertencente ao Estado de que a educação era necessária e imprescindível ao povo, além de serem determinadas por lei, passíveis de medidas administrativas diante de seus usos e por proporem uma lógica de funcionamento ancorada na moral, traduzida nas doações feitas por particulares para “arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres”.

aumento da frequência era determinada em seu texto legal, em que consta no art. 354 que “as caixas escolares são instituições criadas com o fim de fomentar e impulsionar a frequência nas escolas”, que em parágrafo único, tinha sua organização obrigatória nos grupos escolares.

A visibilidade dada às caixas escolares, sua fiscalização rigorosa e o apelo à iniciativa popular a tornou uma instituição diferente das que foram criadas de maneira isolada nos grupos escolares (liga de bondade, regência escolar infantil, por exemplo) e até mesmo dos que foram colocados pelo próprio estado através da reforma do ensino de 1906 (festas escolares, educação moral e cadeira de trabalhos manuais).

O patrimônio das caixas deveria ser constituído pelas joias e subvenções pagas pelos sócios, pelo produto das subscrições, quermesses, teatros, festas, donativos espontâneos e legados, gratificação que os professores licenciados e faltosos perderem e pelo produto líquido das multas que os mesmos sofressem. Com isso, a caixa escolar adotou os contornos de uma sociedade organizada por sócios divididos em três ordens: fundadores, beneméritos e contribuintes.

As despesas das caixas deveriam ser *minuciosamente* calculadas, orçadas e enviadas para a Secretária do Interior em forma de balancetes, além de serem apresentadas em assembleia aos associados. Após a prestação de contas, se aprovadas em assembleia, as mesmas seriam enviadas ao Secretário do Interior. Tais despesas se constituíam de acordo com o Art. 361, de:

1. Fornecimento de alimentos **a alunos indigentes**;
2. Idem de vestuário de calçados aos mesmos;
3. Assistência médica e fornecimento de livros, papel, Pena e tinta **aos alunos indigentes e aos minimamente pobres**;
4. Aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc., para serem distribuídos, como premio, **aos alunos mais assíduos** (COLEÇÃO LEIS MINEIRAS, Decreto n. 3.191 de 1911. (Grifo meu).

Alunos indigentes, nimiamente pobres e asfduos: estes deveriam ser os alunos atendidos pelas caixas escolares. Contudo, nos registros de matrícula, os alunos eram caracterizados como pobres ou não, o que, além de criar uma nova categoria de assistidos pelas caixas escolares, não possibilita distinguir os alunos indigentes dos alunos nimiamente pobres.

Para a compreensão da implantação e funcionamento das caixas escolares, foi realizado um estudo a partir dos sete primeiros grupos³ instalados na capital mineira. A escolha por tais escolas se apoia no fato de serem estas as que estavam em funcionamento no período eleito como recorte temporal dessa pesquisa (1911-1918). Este período tem como marco inicial o Regulamento Geral da Instrução do Estado de 1911. Já seu término se apoiou no fato de ser o ano de 1918, o limite encontrado no corpus documental⁴.

Tais documentos são, portanto: a legislação mineira, sobretudo as relacionadas às caixas escolares; relatórios das diretoras dos Grupos Escolares; relatórios dos inspetores da instrução pública e as correspondências entre estes e o Secretário do Interior – nos quais, geralmente se encontram alguns pareceres sobre os balancetes das caixas escolares; relatórios dos presidentes do estado; o *Jornal Minas Geraes*; os Estatutos das Caixas Escolares; seus balancetes e mapas de matrícula.

Busco com o estudo da legislação mineira do início do século XX, mais especificamente as que estão compreendidas entre as três primeiras décadas,

perceber o discurso oficial do Estado, entendendo a legislação como um espaço de disputas. Mais do que isso, é necessário entendê-la no triplo movimento apontado por Faria Filho, que corresponde a:

inicialmente, uma crítica às concepções mecanicistas da legislação, que grosso modo, a entende como campo de expressão e imposição, única e exclusivamente; em seguida, creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece ela tem de mais fascinante: a sua dinamicidade; e, finalmente, abriria mais uma possibilidade de inter-relacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 98-99).

Como tentativa de visualizar a circulação das caixas escolares para além da relação Escola x Secretaria do Interior, a análise do *Jornal Minas Geraes* se fez imprescindível. Ao trabalhar com a leitura desse jornal, foram priorizadas as colunas que falavam da *Instrução Pública, Educação, Grupos Escolares e Caixas Escolares*.

Os estatutos das caixas escolares eram organizados pela mesa diretora da caixa e posteriormente enviados para a Secretária do Interior para serem aprovados. Feito isso, eram mais tarde publicados no *Jornal Minas Geraes*.

Os balancetes, assim como os estatutos, deveriam circular entre escola e Secretária do Interior, organizados pelo(a) tesoureiro(a) do grupo escolar. O balancete apresentava a despesa e a receita da caixa escolar e informa também em que as doações eram revertidas. As doações geralmente contam com o nome do doador e a quantia, e com o auxílio do relatório da diretora do grupo, é possível verificar que os nomes que constam neles, geralmente, se referem a professoras do Grupo Escolar. Este registro era encaminhado à Secretaria do Interior e passava por um funcionário, que deveria dar um parecer sobre os dados apresentados nas caixas escolares.

3. Quais sejam: Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Grupo Escolar Afonso Penna, Grupo Escolar Cesário Alvim, Grupo Escolar Francisco Salles, Grupo Escolar Bernardo Monteiro, Grupo Escolar Henrique Diniz e Grupo Escolar Silvano Brandão.

4. Diante disso, o movimento realizado para delimitar o término da pesquisa documental foi o de prestigiar o intervalo em que encontrei um volume mais significativo de correspondências entre as escolas e a Secretaria do Interior, do qual fazem parte os relatórios das diretoras, inspetores e Secretários do Interior. Tais documentos se encontram na pasta da Secretaria do Interior, na Série 4 do Arquivo Público Mineiro (APM).

2 DA ELABORAÇÃO DE ESTATUTOS

Com o grande número de Caixas Escolares que surgiram no começo do século XX, um regulamento geral para essa instituição já não era – se é que já o foi – suficiente para suprir a demanda de funcionamento das mesmas. Por terem sua presença obrigatória nos grupos escolares e, facultativa nas escolas isoladas de todo o Estado de Minas Gerais, se fazia necessário permitir que cada Caixa Escolar se organizasse da melhor maneira possível, ou seja, de acordo com suas particularidades. Eis que um meio para regulamentar o funcionamento das Caixas sem, no entanto, tirar delas sua autonomia, foi a criação de estatutos próprios. Estes deveriam permitir que as mesas diretoras, definissem a melhor forma de organização das caixas, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pela Secretaria do Interior.

Os estatutos das caixas escolares se constituíram, neste processo, como importante forma de controle do funcionamento e gestão dessa instituição. Era por meio deles que os grupos escolares, seguindo as instruções da Secretaria do Interior, deveriam dispor sobre a constituição das caixas escolares; recebimento de recursos e sua aplicação; organização da mesa diretora; deveres e direitos dos sócios; eleições; assembleias e disposições gerais.

Embora os grupos fossem dotados de certa autonomia no processo de elaboração de seus estatutos, o que se vê ao analisar o corpus documental que compõe esta pesquisa, é uma fiscalização sistemática realizada pela Secretaria do Interior, que não realizava essa tarefa observando a organização própria de cada grupo, mas as normas de funcionamento das caixas escolares postas pelo decreto n. 3.191, que tornou essa instituição obrigatória nos grupos escolares do estado de Minas Gerais.

A fiscalização realizada pela Secretaria do Interior buscava verificar a organização das Caixas Escola-

res, analisando todas as formas de registro feitas pelas mesmas, sejam elas: estatutos, atas de reuniões, balancetes e até mesmo, os relatórios das diretoras dos Grupos Escolares. Estes mesmos documentos permitem compreender o lugar da caixa no cotidiano escolar. Dessa forma, é possível perceber as diferenças presentes na prática de cada uma, relacionadas ao funcionamento de acordo com particularidades e necessidades do público atendido.

Além disso, os meios para determinar se os alunos precisariam recorrer às caixas escolares não eram muito claros. Com a determinação legal de oferecer auxílios aos alunos indigentes e nidamente pobres, de premiação aos alunos mais assíduos e, em alguns casos, aos alunos de melhor aproveitamento, a presença dos alunos “pobres” nas falas dos políticos e diretoras, por exemplo, apresentam um público mais abrangente. Isso se deveria ao fato de que, por definição, os alunos “pobres” compreenderiam a uma parcela maior de alunos. Em contrapartida, a presença de alunos nessas condições nos mapas de matrícula não os condiciona a receber auxílios, uma vez que, além de assinalados como pobres há casos em que é observada a necessidade de auxílios a alguns alunos. A escrituração e a forma de registro desses dados são, portanto, confusas e não permitem que padrões sejam determinados. Além disso, observa-se também, a contradição entre o atendimento aos alunos pobres e seu caráter facultativo nas escolas isoladas, onde se encontraria em maior quantidade este público, somado às condições precárias comumente encontradas neste modelo escolar.

3 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Em 1912, o Segundo Grupo Escolar da Capital instalou “oficialmente” a sua Caixa Escolar, ao registrar seus estatutos. Embora já tivesse iniciado seu funcionamento a partir de 1908, comprovado a partir do envio regular de balancetes para a Secretaria do Interior.

Ao dar a Caixa Escolar como “fundada” apenas

em 1912, acaba por desconsiderar todo o histórico de existência da Caixa Escolar como instituição presente nas escolas mineiras desde o final do século XIX, além de ignorar o histórico da Caixa Escolar no próprio Segundo Grupo Escolar da Capital. A observação que faço sobre o discurso elaborado pelos políticos – a partir da nova legislação da Caixa Escolar, relatórios de Presidentes do Estado e jornais – que caracterizavam a Caixa Escolar como uma instituição criada para *fomentar e impulsionar a frequência dos grupos escolares* acaba por localizar essa instituição apenas na república e após a criação dos grupos escolares, mais especificamente. Neste cenário, o que se tem é uma construção de um imaginário sobre a Caixa Escolar que acaba por cair na visão redentora que era apresentada na fala dos políticos, e que mais tarde se tornou parte dos argumentos de algumas pesquisas em história da educação. Sobre essa produção, cabe recorrer à crítica feita por Schueler e Magaldi sobre este período, no qual:

algumas representações contribuíram para a produção de uma memória reificadora da ação republicana, na qual a Primeira República foi tomada como marco zero, lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil (SHUELER & MAGALDI, 2008, p. 33).

Dessa forma também era apresentado um discurso⁵ sobre as Caixas Escolares, que dava a entender que a criação das mesmas em 1911 (apesar de já estarem previstas na Reforma de 1906), como uma grande inovação que movimentaria os recém-inaugurados Grupos Escolares. Esses discursos em torno das Caixas Escolares se fazem presentes também através da circulação de notícias sobre essa

instituição, que extrapolava os limites do Estado. Como no exemplo abaixo:

Instituição belíssima, de acentuado cunho altruístico, porque visa arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres, que, vivendo desamparados, por toda parte, não encontram mão amiga que os guie pelo caminho do bem e da virtude, é, além disso, uma prova evidente do **patriotismo são do nosso povo**, sempre abnegado e nobre, a amparar as boas causas, uma valiosa fonte de progresso para o Brasil, que só se verá verdadeiramente grande, quando, de norte a sul, de este a oeste, desaparecer o analfabetismo (IMPrensa OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 10/01/1912).

Em matéria escrita por Azeredo Netto para o *Jornal Minas Geraes*, na sessão *Annotando*, em janeiro de 1912, uma vez mais, foi enfatizado o fato de que a manutenção da Caixa Escolar estava a cargo de doações por parte da população. Com contornos de uma instituição filantrópica, embora idealizada, organizada e fiscalizada pelo Estado, seu funcionamento era alicerçado em doações de particulares (sócios), entre outros. Com isso, pode-se considerar que, a partir das caixas escolares, é possível identificar o que para Geremek, seria a relação em que, entre “o humanismo e o movimento filantrópico esteiam a beneficência em princípios laicos operando como que uma ‘laicização’ do mandamento do amor ao próximo” (GEREMEK, s/d, p. 280).

Os documentos oficiais sobre as caixas escolares de Minas Gerais apresentam, geralmente, um discurso relacionando beneficência da população em favor da educação de cidadãos mineiros. Tal atitude, nesse caso, se dirige à população “pobre”, no entanto, é enfatizada a importância da escolarização para todos os cidadãos, uma vez que:

Pobres ou ricos, todos têm os mesmos direitos, principalmente entre nós mineiros, de conquistar um diploma, desde que frequentem regularmente as aulas como aconteceu com avultado número de alunos que cursaram ano passado os grupos e escolas isoladas do Estado, concluindo brilhantemente o seu tirocínio primário (IMPrensa OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 10/01/1912).

5. O conceito de discurso utilizado neste trabalho compreende a noção de que “em toda a sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2003, p. 9). O discurso produzido sobre as Caixas Escolares a partir da Reforma de 1906 pode ser entendida, portanto, como uma forma de negação da existência dessa instituição ainda no Império, ou até mesmo nos anos iniciais da República, buscando, com isso, legitimar os Grupos Escolares.

Se referindo ao considerado bom resultado alcançado no ano anterior, Azeredo Netto acrescenta ainda que, entre estes alunos, “quantos **pobrezinhos** não se contam que não encheriam de orgulhos seus pais”, uma vez que estes não teriam condições financeiras para manter seus filhos nas escolas primárias, dada a necessidade de haver um meio que lhes proporcionasse a aquisição de tal “cabelo científico”. Como meio de justificar o valor das caixas escolares e os resultados que a elas poderiam ser atribuídos, Azeredo Netto adiciona à sua matéria o relato sobre um aluno, que em 1905 recebeu um prêmio⁶ destinado aos alunos das então escolas primárias da Capital. O “inteligente e estudioso” menino Gumerindo Queiroz, da aula da professora d. Lydia Angelica de Sousa Lopes, recebeu o primeiro prêmio dessa seção solene: uma medalha de ouro. De acordo com Azeredo Netto:

Quantos ali estavam, muito se comoveram ao ver o saudoso conselheiro Affonso Penna, nessa ocasião vice-presidente da República, descer da poltrona onde se achava, e colocar no peito **daquele pretinho** a prova de seu talento e da sua aplicação.

Matriculando-se, em seguida no Gymnasio Mineiro, frequentou as suas aulas até o segundo ano; mas á falta de recursos pecuniários, não pode prosseguir seus estudos. E assim vai se perdendo uma bela inteligência, que, bem aplicada, tanto podia servir à pátria e à sociedade.

Se a esse tempo, **já existissem** as “Caixas Escolares”, por que tanto se interessa o operoso sr. Secretário do Interior, talvez tivesse esse menino o seu auxílio e pudesse estar hoje frequentando um dos estabelecimentos de ensino superior do país (IMPRESA OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 10/01/1912. Grifo meu).

Tal relato, além de buscar convencer, por meio da comoção, os leitores acerca da importância das contribuições da população para o funcionamento das caixas, indica elementos que precisam ser mais bem discutidos e que não se colocavam no momento, como a extensão das Caixas Escolares para outros níveis de ensino.

6. Este prêmio foi destinado aos alunos que concluíram o curso primário em 1905. Neste ano, presidia o Estado, Francisco Salles, sendo a Secretaria do Interior dirigida por Delfim Moreira.

De acordo com o presidente do estado, Júlio Bueno Brandão, a participação popular no funcionamento das caixas escolares era de total importância uma vez que,

pode-se, felizmente, asseverar que em toda a parte têm as autoridades de ensino encontrado do lado dos particulares a melhor vontade para a organização de caixas, sendo em grande número de donativos espontaneamente feitos às mesmas. Também as câmaras municipais muito têm contribuído para o desenvolvimento das caixas, com a votação de verbas anuais em seu benefício (CENTER FOR RESEARCH LIBRARY - UNIVERSITY OF CHICAGO. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão, 1914)

Em 1924, o presidente Raul Soares de Moura⁷, também mencionou a importância da participação “dos particulares” para o funcionamento das caixas escolares mineiras, afirmando que:

A experiência cotidiana tem demonstrado que a ação isolada dos poderes públicos não produz os resultados completos que eram de se esperar. Tem-se tornado necessário e imprescindível a boa e real difusão do ensino, o concurso patriótico e espontâneo dos particulares na obra da remodelação social iniciada sob tão bons auspícios e trabalhada com a maior tenacidade de curto tempo a esta parte (IMPRESA OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 18/06/1913).

O que temos, neste caso, é um projeto estatal que se vincula diretamente com a participação de parte da população, sobretudo das elites que, de acordo com Marcílio, eram incentivadas pela possibilidade de exercer controle sobre a sociedade. Para a autora,

O que se buscava, além da manutenção da ordem, era o equacionamento dos conflitos sociais em uma sociedade liberal. A utopia filantrópica almejava uma sociedade harmônica, estável, feliz.

Os meios para alcançá-la passavam pela ética e pela educação. Incluir sentimentos de ordem, de

7. CENTER FOR RESEARCH LIBRARY - UNIVERSITY OF CHICAGO. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Raul Soares de Moura, 1924.

respeito às normas, de estímulo à família, de amor ao trabalho estava no ideário do projeto filantrópico-burguês; tudo fundado na melhor ciência e no culto ao progresso ininterrupto (MARCÍLIO, 1998, p. 206).

A participação das elites nas caixas escolares, no entanto, não aconteceu de maneira espontânea, uma vez que, impulsionados pelo governo e apoiados em proposições presentes no próprio modelo político há pouco instituído no Brasil, o que se tem diante da participação “dos particulares” na organização e manutenção das caixas escolares a partir de 1911, pode ser entendido com um adendo ao projeto de legitimação dos grupos escolares mineiros. Por outro, a adesão das elites ao discurso de importância da instrução e erradicação do analfabetismo, representa a condição para a construção de um país civilizado.

CONCLUSÃO

Ao investigar o processo de formulação, implantação, funcionamento e constituição das Caixas Escolares nos Grupos Escolares belorizontinos entre os anos de 1911 a 1918, buscou-se, nessa pesquisa, avaliar os objetivos e implementação das mesmas, procurando pensar as caixas escolares não apenas como um meio de manutenção os alunos “pobres” nos Grupos Escolares, mas também como um dispositivo de legitimação do novo modelo escolar que se buscava consolidar. Com isso, a análise das fontes realizada a partir da legislação, discursos e usos das Caixas Escolares, entende-se que essa instituição ocupou um lugar de destaque nos Grupos Escolares da recém inaugurada capital mineira.

Com participação direta de políticos e particulares, o alcance das Caixas Escolares foi considerável durante a primeira década do século XX. No entanto, não se deve desconsiderar o fato de as Caixas estarem presentes nas escolas mineiras desde o final do século XIX, também com a finalidade de fomentar e impulsionar a frequência nas escolas isoladas da província,

que a verba destinada para a instrução pública não era suficiente. Com verbas oriundas, predominantemente das multas pelas faltas de professores, as Caixas escolares, apesar de já estarem presentes, tanto na legislação mineira, quanto na fala dos presidentes da província, nos anos iniciais do século XX são apresentadas como uma inovação.

Em 1911, no entanto, a partir do Regulamento Geral da Instrução do Estado de Minas Gerais, que tornou obrigatória a instituição das Caixas Escolares nos Grupos Escolares e sua presença facultativa nas Escolas Isoladas, as Caixas eram apreendidas através de um discurso que era apoiado no suposto ineditismo do dispositivo. Com isso, as Caixas ganham destaque nas falas dos políticos, por se tornar uma associação com organização rígida e com presença constante no jornal oficial do governo, o *Minas Geraes*. Este regulamento define que a sociedade deveria contribuir por meio de doações, para a permanência dos alunos indigentes e nimamente pobres, assim como para impulsionar a frequência escolar, também, por meio de premiações aos alunos mais assíduos.

Ao se tornar uma sociedade, cujos sócios deveriam fazer doações sistemáticas, às Caixas Escolares pode ser atribuído um caráter filantrópico, cujo funcionamento se pautava na sua dupla dimensão – auxílio e premiação. Ainda de acordo com o Regulamento n. 3.191 estatutos que, produzidos pela mesa diretora de cada Caixa Escolar, deveriam ser criados a fim de possibilitar a destinação dos recursos de acordo com as necessidades mais prementes, levando em conta sua localização geográfica e público atendido. Essa relação entre público x caixa Escolar se faz visível nos mapas de matrícula, por meio dos quais é possível verificar que a condição de pobreza, em alguns casos, se relaciona diretamente com a profissão dos pais e moradia dos alunos.

Chegando à conclusão de que as Caixas Escolares representaram, não apenas um dispositivo, que buscava fomentar e impulsionar a matrícula e frequência

nos Grupos Escolares de Belo Horizonte durante os anos de 1911 e 1918, mas uma forma pela qual a lógica racionalista do novo modelo escolar se expressava. Aumentando, não apenas a matrícula, como também a frequência em um lugar que ainda buscava se legitimar em seus primeiros anos de funcionamento, as Caixas tiveram papel fundamental ao aproximar, de alguma forma, a escola da sociedade. Além disso, a organização estabelecida previamente – pela legislação e modelos de estatutos, por exemplo – e consequente fiscalização, que se mostra frequente e até mesmo rígida, demonstram certa centralidade do dispositivo no funcionamento dos Grupos Escolares. Tal é que a presença de políticos e pessoas influentes da sociedade ocupavam cadeiras na mesa diretora, seções solenes eram realizadas para aprovação de estatutos, festas de inauguração eram realizadas, assim como, as de final de ano, nas quais os alunos premiados seriam homenageados.

FONTES

Arquivo Público Mineiro:

COLEÇÃO LEIS MINEIRAS. Regulamento n. 84 de 1879.
COLEÇÃO LEIS MINEIRAS. Regulamento n. 100 de 1883.
COLEÇÃO LEIS MINEIRAS. Decreto nº 1969 de 1907.
COLEÇÃO LEIS MINEIRAS, Decreto n. 3.191 de 1911.
COLEÇÃO LEIS MINEIRAS. Decreto N. 10.402 de 1913.

Imprensa Oficial de Minas Gerais:

IMPrensa OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 10/08/1911.
IMPrensa OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 10/01/1912.
IMPrensa OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 18/06/1913.
IMPrensa OFICIAL. Jornal Minas Geraes, 30/10/1913.

Sítios na internet:

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – UNIVERSITY OF CHICAGO. Mensagem dirigida pelo Presidente Júlio Bueno Brandão, ao Congresso Mineiro,

em sua 4º sessão ordinária da 6º legislatura, no ano de 1914.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – UNIVERSITY OF CHICAGO. Mensagem dirigida pelo Presidente Raul Soares de Moura, ao Congresso Mineiro, 2º sessão ordinária da 9º legislatura, no ano de 1924.

REFERÊNCIAS

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. **A fim de “arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres”: as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

CÂMARA, Sônia. Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil republicano. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes; ARAUJO, Vânia Carvalho. (Org.). **História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011, v. 8, pp. 17-56.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação**. *In*: FARIA FILHO, Luciano M. **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7. ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GEREMECK, Bronislaw. **A piedade e a força**: História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terra mar, 1987.

GONDRA, J. G. A emergência da infância. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, Apr. 2010. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982010000100010&l-

ng=en&nr=iso>. Acesso em 02 de março de 2013.
MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHUELER, Alessandra. MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo. **Revista do Depar-**

tamento de História da UFF, v. 26, p. 32-55, 2009.

SOUZA. Rosa Fátima. **Templos de civilização**: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. 302p.

1. Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil. Email: priscillabahiense@hotmail.com. Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado intitulada: "A fim de "arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres": as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918)", defendida no Programa de Pós-Graduação e Inclusão Social, da UFMG em agosto de 2013.